REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ, BAHIA: APLICAÇÃO DE RECURSOS, DIVERSIDADE ALIMENTAR E PRESTAÇÃO DE CONTAS

FAMILY FARMING PROCUREMENT FOR THE BRAZILIAN NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAMME IN THE VALE DO JIQUIRIÇÁ IDENTITY TERRITORY, BAHIA: RESOURCE ALLOCATION, FOOD DIVERSITY, AND ACCOUNTABILITY

COMPRAS DE LA AGRICULTURA FAMILIAR PARA EL PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN EL TERRITORIO DE IDENTIDAD VALE DO JIQUIRIÇÁ, BAHÍA: ASIGNACIÓN DE RECURSOS, DIVERSIDAD ALIMENTARIA Y RENDICIÓN DE CUENTAS

Juciene de Jesus Barreto da Silva
Doutoranda, Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: jucienebarreto@hotmail.com

Valterlinda Alves de Oliveira Queiroz
Doutora, Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: valterlinda.oliveira@gmail.com

Ryzia de Cássia Vieira Cardoso
Doutora, Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: valterlinda.oliveira@gmail.com

Resumo

Este estudo avaliou as compras da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, no território de identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, considerando a aplicação dos recursos, a diversidade dos alimentos adquiridos, sua classificação segundo o grau de processamento e as limitações nos registros do Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SiGPC). Trata-se de estudo de base documental, realizado a partir de dados secundários extraídos do SiGPC, abrangendo os 20 municípios do território, no período de cinco anos. Entre os municípios, 65,0% não conseguiram destinar ao menos 30% do recurso para as compras da agricultura familiar, evidenciando heterogeneidade na execução da política. Observou-se predominância dos alimentos *in natura* (55%), seguidos pelos alimentos minimamente processados (30%) e processados (15%). Houve correlação positiva e estatisticamente significativa entre o percentual médio de compras da agricultura familiar e a diversidade de alimentos adquiridos pelos municípios ($\rho = 0{,}571$; $p = 0{,}008$), indicando que maiores percentuais de compra estão associados à maior variedade de alimentos. Também foram observadas inconsistências e lacunas do sistema de prestação de contas, incluindo a aquisição de alimentos ultraprocessados e ausência de dados de municípios. Os achados mostram desafios nas compras públicas da agricultura familiar e limitações no sistema de registro, demandando melhorias. Ademais, pontua-se a necessidade de desenvolvimento de ações para estabelecimento de um Sistema de Inspeção Municipal ou de consórcio, no âmbito regional, que favoreça a inserção de alimentos de origem animal e a diversificação dos produtos, com apoio e retorno econômico para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Política pública. Território. Alimentação saudável.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Abstract

This study evaluated family farming procurement for the Brazilian National School Feeding Program (PNAE), in the Vale do Jiquiriçá Identity Territory, Bahia, Brazil, considering the applicatio of financial resources, the diversity of foods purchased, their classification according to the degree of processing, and the limitations of the records available in the Management and Accountability System (SiGPC). This documentary study was based on secondary data extracted from the SiGPC and included all 20 municipalities in the territory, over a five-year period. Among the municipalities, 65.0% failed to allocate at least 30% of PNAE resources to family farming procurement, highlighting substantial heterogeneity in policy implementation. Fresh foods accounted for the largest share of purchases (55%), followed by minimally processed (30%) and processed foods (15%). A positive and statistically significant correlation was found between the average percentage of family farming procurement and the diversity of foods purchased by the municipalities (ρ = 0.571; p = 0.008), indicating that higher procurement rates were associated with greater food diversity. Inconsistencies and gaps in the accountability system were also identified, including records of ultra-processed food purchases and missing data for some municipalities. These findings reveal challenges in public procurement from family farming and limitations in the registration system, underscoring the need for improvements. Furthermore, the results highlight the importance of developing actions to establish Municipal Inspection Services or regional intermunicipal consortia, to facilitate the inclusion of animal origin products, promote product diversification, and strengthen economic support and market opportunities for family farmers.

Keywords: Public policy. Territory. Healthy eating.

Resumen

Este estudio evaluó las compras de la agricultura familiar para el Programa Nacional de Alimentación Escolar en el Territorio de Identidad Vale do Jiquiriçá, estado de Bahía, considerando la aplicación de los recursos financieros, la diversidad de los alimentos adquiridos, su clasificación según el grado de procesamiento y las limitaciones de los registros del Sistema de Gestión y Prestación de Cuentas - SiGPC. Se trata de un estudio documental, realizado a partir de datos secundarios extraídos del SiGPC, que abarcó los 20 municipios del território, durante un período de cinco años. Entre los municipios, el 65,0% no logró destinar al menos el 30% de los recursos a las compras de la agricultura familiar, lo que evidencia la heterogeneidad en la implementación de la política pública. Se observó un predominio de los alimentos frescos o in natura (55%), seguidos por los alimentos mínimamente procesados (30%) y los procesados (15%). Se observó una correlación positiva y estadísticamente significativa entre el porcentaje medio de compras a la agricultura familiar y la diversidad de alimentos adquiridos por los municipios (ρ = 0,571; *p* = 0,008), lo que indica que mayores porcentajes de compra se asocian con una mayor diversidad de alimentos. Asimismo, se identificaron inconsistencias y vacíos en el sistema de rendición de cuentas, entre ellos la adquisición de alimentos ultraprocesados y la ausencia de datos de algunos municipios. Los hallazgos ponen de manifiesto los desafíos que enfrentan las compras públicas a la agricultura familiar y las limitaciones del sistema de registro, lo que evidencia la necesidad de introducir mejoras. Además, se destaca la necesidad de desarrollar acciones orientadas al establecimiento de un Sistema de Inspección Municipal o de un consorcio de ámbito regional, que favorezca la incorporación de alimentos de origen animal y la diversificación de los productos, promoviendo al mismo tiempo el apoyo y el retorno económico para los agricultores familiares.

Palabras clave: Política pública. Territorio. Alimentación saludable.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

1. Introdução

As compras da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) configuram-se como uma estratégia de inclusão socioprodutiva, com potencial de promover o desenvolvimento territorial (BRASIL, 2009; RESENDE *et al*., 2022). Entretanto, sua implementação acontece em meio a avanços e desafios, dada a necessidade de que os atores envolvidos estejam em interação (GREGOLIN *et al.,* 2018; SANTOS; TORRES, 2022).

Diversos estudos têm identificado limites e possibilidades de avanços, no processo de aquisição de alimentos da AF. Esses trabalhos têm mostrado que muitos municípios, em diferentes estados, ainda apresentam dificuldades para atingir a meta mínima de 30% estabelecida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (SILVA *et al*., 2021; VALADARES *et al*., 2022; CHAVES *et al*., 2023; GOMES; BEZERRA, 2021; SILVA, 2023). Recentemente, as atualizações normativas do PNAE elevaram esse percentual mínimo para 45% (BRASIL, 2026). Isso reforça a centralidade da AF na alimentação escolar e amplia os desafios para sua implementação nos municípios, sobretudo, para aqueles que já apresentam dificuldades em cumprir a meta mínima de 30%.

Além do percentual de aquisição, a composição dos alimentos adquiridos constitui-se em elemento importante na avaliação do programa. Em todo o país, a maior parte das aquisições de alimentos da AF pelo PNAE ocorre na forma *in natura*, destacadamente, frutas e hortaliças (VIEIRA; BASSO; KRUGUER, 2021). Entre os motivos para este perfil, estão as exigências higiênico-sanitárias do PNAE, considerando que os municípios apresentam limitações quanto à fiscalização e à certificação de segurança da produção de alimentos de pequenas agroindústrias, sobretudo para alimentos de origem animal (GREGOLIN *et al.,* 2018; KROTH *et al*., 2019; SANTOS; TORRES, 2022).

Apesar da literatura ter avançado na produção científica sobre análise de cumprimento do percentual mínimo de compras da AF e na identificação de fatores que influenciam sua execução, ainda são escassos os estudos que articulem concomitantemente desempenho na aquisição, a diversidade de produtos adquiridos

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

e as limitações do sistema de prestação de contas para acompanhamento da execução do programa.

Nesse contexto, o acompanhamento das compras da AF, com base no sistema de registro do próprio PNAE, constitui estratégia para análise da execução desta política, o que bem se aplica ao Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (TIVJ), que reúne municípios com expressiva participação da agricultura familiar, sendo uma importante área de produção agrícola do estado da Bahia.

Assim, este estudo teve como objetivo avaliar as compras da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, no Território Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, considerando o percentual de aplicação dos recursos, a diversidade e classificação dos alimentos, segundo o grau de processamento, e as limitações observadas nos registros do Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SiGPC).

O monitoramento das aquisições da AF constitui uma ferramenta importante para avaliação desta política, permitindo analisar o quantitativo e o perfil dos alimentos adquiridos. Nesse contexto, assume-se o pressuposto de que, quanto maior a quantidade de alimentos adquiridos, maior tende a ser a variedade e diversificação dos cardápios, com possíveis repercussões na qualidade nutricional das refeições servidas aos estudantes e na maior contribuição socioeconômica para os agricultores familiares envolvidos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Cenário do estudo

Trata-se de estudo descritivo, de base documental, circunscrito aos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (TIVJ), Bahia. Este é um dos 27 Territórios de Identidade (TI) existentes no estado e está localizado majoritariamente no Centro Sul Baiano, fazendo parte da bacia hidrográfica do Recôncavo Sul, situada a oeste do Recôncavo Baiano, a aproximadamente 150 km da cidade de Salvador. A maioria dos municípios se enquadra na Região Semiárida, onde predomina o clima subúmido a seco.

O TIVJ abrange 20 municípios, em uma área de 10.467,49 km², com densidade demográfica de 29 hab./km². Os municípios deste território incluem: Amargosa,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, São Miguel das Matas, Santa Inês e Ubaíra (Figura 1) (BAHIA, 2024).

Figura 1: Mapa do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, Bahia.



Fonte: BAHIA, 2024.

Segundo Censo Agropecuário realizado em 2017, entre os cinco territórios com maior participação da AF, na Bahia, este TI se configura como um dos principais (IBGE, 2023). Entretanto, apesar de comporem um mesmo território, os municípios apresentam características geográficas e agrícolas distintas entre si.

Percentual de aquisição de alimentos da AF

Para traçar um panorama das compras da AF para o PNAE, o estudo analisou a aplicação de recursos financeiros, para o conjunto das 20 entidades executoras (EEx) do TIVJ, entre os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. O período foi selecionado por contemplar ciclos de gestão federal e municipal, permitindo observar

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

possíveis oscilações na execução do programa, ao longo do tempo. Optou-se ainda por não utilizar os dados dos anos de 2020 e 2021 por se tratar de período atípico, em decorrência da pandemia COVID-19, que pode ter interferido no desempenho dos municípios para aquisição de produtos da AF. Os anos de 2023 e 2024 não foram incluídos por indisponibilidade de informações no SiGPC. Deste modo, a análise não constitui série temporal contínua, mas uma comparação documental de anos selecionados.

O desempenho dos municípios foi avaliado conforme a recomendação de aquisição de 30%, da Lei 11.947/2009, vigente no período em que os dados foram analisados.

Dados sobre os valores de repasse do FNDE aos municípios

Os dados referentes aos valores de repasse do FNDE e ao percentual de recursos destinados a compra de gêneros alimentícios da AF foram obtidos por meio do site oficial do FNDE/PNAE (BRASIL, 2024a). A consulta foi realizada entre setembro e dezembro de 2024, seguindo o percurso: (FNDE – Acesso à informação – Ações e programas – Programas – PNAE – Consultas – Dados da Agricultura Familiar). As planilhas disponibilizadas em formato Microsoft Excel foram exportadas e em seguida, aplicou-se os filtros para seleção das variáveis de interesse (Ano – Entidade executora – UF - Valor Transferido - Valor aquisições da AF - Percentual) sendo selecionados apenas os municípios pertencentes a amostra. Para fins de análise, os municípios cujos valores sobre aquisição da agricultura familiar estavam ausentes na base de dados foram classificados como tendo percentual de aquisição igual a zero.

Dados da Prestação de contas da AF ao SiGPC

Os dados referentes à diversidade de alimentos foram extraídos do Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SIGPC), disponibilizado no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2024b). O SIGPC permite acesso as notas fiscais registradas pelas entidades executoras, contendo a descrição dos gêneros alimentícios adquiridos por modalidade de ensino e fonte de

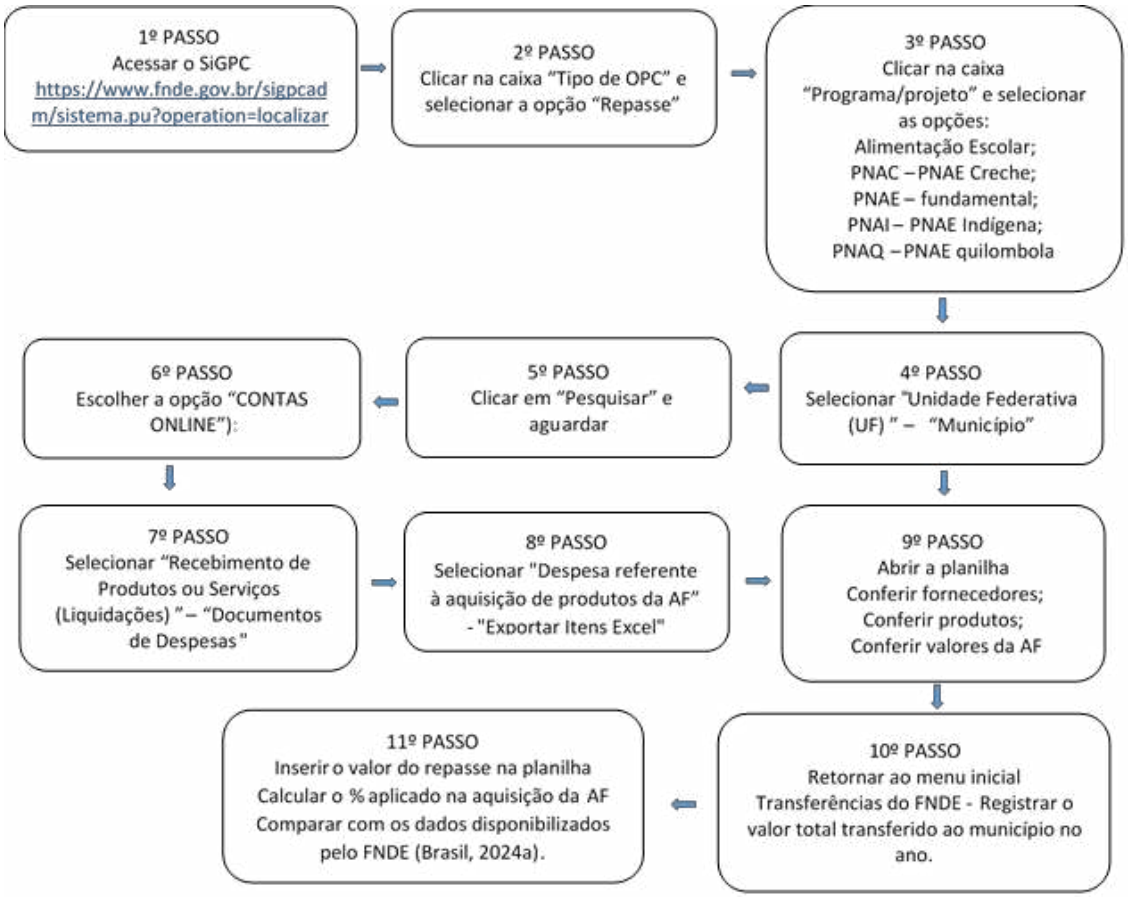
CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

pagamento. A partir dessas informações, o sistema calcula o total adquirido e o percentual alcançado com a compra de alimentos da AF. O acesso SiGPC, ocorreu no período de setembro a dezembro de 2024 seguindo o fluxograma apresentado na Figura 2.

Figura 2: Fluxograma de acesso ao Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SiGPC).



Elaboração das autoras

Diversidade e classificação dos alimentos conforme grau de processamento

Com base nas notas fiscais cadastradas no SiGPC, os alimentos descritos foram classificados quanto ao tipo de processamento (*in natura*/minimamente processados e processados), segundo diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) (Tabela 1) e a Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 (BRASIL, 2020a). Adicionalmente, foram observadas, ainda, as inconsistências e lacunas existentes nas planilhas disponibilizadas no SiGPC.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Tabela 1 - Categorias alimentares propostas pelo Guia alimentar para a população brasileira

Categoria	Descrição	Exemplos
In natura	Alimentos obtidos diretamente de plantas ou de animais que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza.	Frutas, legumes, verduras, raízes, tubérculos e ovos.
Minimamente processado	Passam por processos que não agreguem outras substâncias ao alimento (limpeza, remoção de partes não comestíveis, moagem, fermentação, congelamento, secagem).	Verduras fracionadas, arroz, farinha de mandioca, carne resfriada ou congelada, leite pasteurizado, café etc.
Ingredientes culinários	Extraídos da natureza e utilizados para temperar e cozinhar alimentos, criando preparações culinárias.	Óleos vegetais, gorduras, açúcar, sal.
Processados	Produtos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar a um alimento *in natura* ou minimamente processado, com finalidade de tornar os alimentos in natura mais duráveis, diversificar as preparações ou deixá-las mais agradáveis ao paladar.	Frutas em calda, verduras em conserva, carne seca, queijos, pães, entre outros.
Ultraprocessados	Produtos cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento e vários ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial.	Refrigerantes, biscoitos recheados, "salgadinhos de pacote" e "macarrão instantâneo", etc.

Fonte: Guia Alimentar para a População Brasileira, 2ª edição, 2014.

Elaboração das autoras

Embora o Guia Alimentar para População Brasileira classifique os alimentos *in natura* e minimamente processados como uma mesma categoria, nesse estudo essas classes foram analisadas separadamente. Essa opção metodológica teve como objetivo identificar a participação específica dos alimentos minimamente processados nas aquisições da agricultura familiar uma vez que a sua produção requer atendimento às exigências sanitárias, o que restringi a sua oferta e aquisição pelos munícipios.

Deve-se considerar que parte do período analisado neste estudo (2016 a 2019) abrangeu a vigência da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, e outra parte (2022) a Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, sendo que ambas dispõem sobre a aquisição dos alimentos para a alimentação escolar.

A Resolução nº 26/2013 não contempla a classificação dos alimentos conforme o Guia Alimentar, mas apresenta orientações quanto às proibições e restrições, sendo vedada a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional. Ainda, restringe a aquisição de enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados, sendo o limite de compra desses alimentos de 30% do repasse federal (BRASIL, 2013a).

A Resolução CD/FNDE nº 06/2020 estabelece valores mínimos para a compra de alimentos, de acordo com a classificação proposta pelo Guia Alimentar, e recomenda que seja de, no mínimo, 50 (cinquenta) o número de diferentes tipos de alimentos *in natura* ou minimamente processados adquiridos anualmente pelos municípios (BRASIL, 2020a).

Neste estudo, levou-se em consideração as proibições e restrições contidas na Resolução nº 26/2013 (BRASIL, 2013a), assim como os valores mínimos estabelecidos para cada tipo de alimento, propostos pela Resolução nº 06/2020 (BRASIL, 2020a).

Ressalta-se que este estudo não contemplou a análise da composição ou do processo de produção dos alimentos adquiridos. A diversidade alimentar foi determinada exclusivamente com base na nomenclatura constante nas notas fiscais. Assim, cada denominação distinta foi considerada uma variedade alimentar independente, ainda que pudesse corresponder a alimentos com características semelhantes. Por exemplo, biscoito caseiro, sequilho, biscoito de coco; tapioca, farinha de tapioca, tapioca em flocos; leite de vaca integral, leite de vaca UHT, leite de vaca pasteurizado foram contabilizados como variedades distintas.

Análise dos dados

Os dados passaram por um processo sistemático de limpeza, padronização e verificação de duplicidades, com o objetivo de extrair as informações necessárias ao desenvolvimento do estudo. Posteriormente, os dados foram organizados e sistematizados em planilhas eletrônicas do programa Microsoft Excel (versão 2016), no qual foram realizadas análises descritivas com criação de tabelas e gráficos para apresentação e interpretação dos resultados.

A associação entre o percentual médio de compra da AF e a média de variedade de itens adquiridos foi avaliada pela correlação de *Spearman*, com nível de significância de 5%. Para análise exploratória, foi construído um diagrama de dispersão, no qual cada ponto representou um município do território. Os quadrantes

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

foram definidos pelas mediadas do percentual médio de compras e da variedade média, possibilitando a identificação de quatro perfis relativos a aquisição (alto percentual/alta variedade; alto percentual/baixa variedade; baixo percentual/alta variedade; baixo percentual/baixa variedade). A análise estatística foi realizada no *IBM SPSS Statistic* versão 25, e a figura foi produzida no Python com a biblioteca *Matplotlib*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a compreensão dos achados, os resultados e discussão foram organizados em seis tópicos, compreendendo: desempenho financeiro das compras da agricultura familiar; diversidade e grau de processamento dos alimentos; produtos de origem animal e barreiras sanitárias; inconsistências do SiGPC; limitações do estudo; e repercussões para diferente atores.

Desempenho financeiro das compras da agricultura familiar

A Tabela 2 apresenta o desempenho financeiro (%) das compras de alimentos da AF pelos municípios no território do Vale do Jiquiriçá no período analisado.

Tabela 2: Percentual de compra de alimentos da Agricultura Familiar nos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2016-2019 e 2022.

MUNICÍPIO /ANO	2016	2017	2018	2019	2022	Média	DP
Amargosa	34	49	36	68	39	45	14
Brejões	23	44	33	55	63	44	16
Cravolândia	31	24	36	31	55	35	12
Elísio Medrado	10	6	10	7	6	8	2
Irajuba	24	31	26	32	53	33	12
Itaquara	27	31	41	32	32	33	5
Itiruçu	0	0,5	9	13	52	15	21
Jaguaquara	33	31	29	30	20	29	5
Jiquiriçá	20	33	39	72	17	36	22
Lafaiete Coutinho	37	39	31	33	36	35	3
Laje	24	39	49	48	27	37	12
Lajedo do Tabocal	42	54	56	45	59	51	7
Maracás	65	43	68	60	54	58	10
Milagres	9	17	22	73	48	34	26
Mutuípe	54	43	31	35	42	41	9
Nova Itarana	37	36	38	86	40	47	22

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Planaltino	29	42	29	26	47	35	9
Santa Inês	6	13	48	33	15	23	17
São Miguel das Matas	31	41	33	36	42	37	5
Ubaíra	17	20	25	23	62	29	18

Fonte: FNDE – Dados extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SiGPC – Contas On-line do FNDE. Elaboração das autoras.

No período, apenas sete municípios (35%) atingiram ou ultrapassaram o percentual mínimo de compra de 30%, em todos os anos, enquanto a maioria (65%) não conseguiu atingir o percentual mínimo exigido, conforme a Lei 11.947/09.

Maracás foi o único município que se manteve com percentual acima de 50%, em quatro dos cinco anos estudados. Houve municípios com percentuais oscilando entre os anos como Jiquiriçá, Nova Itarana, Milagres e Ubaíra, e outros com percentuais baixos como Elísio Medrado e Santa Inês (Tabela 2).

Deve-se destacar que no município de Maracás, observou-se nos documentos analisados, a constância dos mesmos agricultores individuais e a predominância de associações como fornecedoras em todos os anos, bem como a inclusão de produtos de origem animal - leite e derivados, que exigem certificação para fornecimento. Este fato pode sinalizar para uma melhor capacidade de organização entre os atores, que se reflete nos maiores percentuais de compra e variedade de alimentos observados no município, hipótese que merece ser investigada em estudos empíricos. Por outro lado, houve municípios que só compraram alimentos da AF em alguns meses do ano (2, 4 e 6 meses), revelando uma realidade oposta ao município destacado.

Esses resultados mostram heterogeneidade no percentual de compras da AF para o PNAE entre os municípios. Ademais, verificou-se uma variação na oferta, entre os anos, ou seja, alimentos que eram inseridos e não permaneciam nos anos seguintes, agricultores que forneciam em um ano e deixavam de fornecer posteriormente. Assim, não houve uma constância no fornecimento e na organização no processo de compra.

Os achados do estudo corroboram com estudos prévios. Silva e colaboradores (2021), analisaram os percentuais de repasse às entidades executoras, por meio do PNAE, para aquisição de alimentos da AF, entre os anos de 2011 e 2016 e verificaram aumento no percentual de municípios que não conseguiram cumprir o mínimo de 30%,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

na série histórica. Por outro lado, o percentual de municípios que conseguiram comprar mais de 30% também se elevou, reforçando a capacidade destes de empreender esforços e cumprir o que estabelece a legislação do PNAE.

Na análise presente, cabe pontuar que, entre 2016 e 2017, houve mudança de gestão municipal, resultando em alteração no percentual de compra em alguns municípios para mais ou para menos. No TIVJ, os municípios de Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Itaquara, Nova Itarana e Ubaíra obtiveram menor variação entre os percentuais de uma gestão para outra. Este achado pode decorrer da prioridade dada, por cada gestão municipal, ao processo de aquisição de alimentos da AF para o PNAE, os quais não foram objeto de investigação para esse estudo.

Entre 2019 e 2022, houve mudança de gestão federal, período em que ocorreu também a pandemia da COVID 19, o que pode ter interferido nas compras da AF. Apesar de 2022 ter sido o primeiro ano integral de retorno pós-pandemia, 45% (n=9) dos municípios deste estudo tiveram redução no percentual de compra, outros 50% (n=10) tiveram aumento, e apenas 5% (n=1) mantiveram o percentual. No total, apenas 25% (n=5) apresentaram percentual abaixo da meta mínima, e 45% (n=9) ficaram acima da média nacional, em 2022, a qual foi de 45% (BRASIL, 2024c).

Gomes e Bezerra (2021) também analisaram o percentual de compras em municípios no Ceará, no mesmo período deste estudo, abrangendo contextos antes e pós-pandemia, bem como a mudança na gestão federal. Os resultados mostraram que entre 2018 e 2019, dos 184 municípios cearenses, 99 entidades executoras (53,80% dos municípios) alcançaram os 30% de compras da AF para o PNAE; já no período pós-pandemia, as compras da AF diminuíram de forma significativa (GOMES; BEZERRA, 2021).

O estudo de Silva *et al*. (2023) propôs-se a levantar diferentes respostas administrativas, políticas e institucionais, no âmbito da aplicação local dos recursos federais, para promover a compra de alimentos da AF, em dois municípios de Minas Gerais que, embora possuíssem características geográficas similares, registravam desempenhos diferentes no atendimento dessa regra. Os resultados mostraram que as estratégias administrativas municipais e as respectivas estruturas operacionais mobilizadas para esse fim foram decisivas para o atendimento à cota mínima de 30%

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

de compras da AF. Ou seja, a gestão é importante à medida que escolhe utilizar de forma proativa sua liberdade de organização municipal, podendo direcionar ações e arranjos locais para a execução do Programa.

Diversidade e grau de processamento dos alimentos

Além da quantidade de alimentos adquiridos, a classificação quanto ao processamento e a diversidade das aquisições constituem importantes indicadores para avaliar a qualidade potencial dos cardápios da alimentação escolar. A distribuição das classes de alimentos adquiridos, seus respectivos percentuais e variedades identificadas no TIVJ estão descritas na Tabela 3. Observou-se predominância dos alimentos *in natura* (55%), seguidos pelos alimentos minimamente processados (30%) e processados (15%). Em conjunto, os alimentos *in natura* e minimamente processados totalizaram 85% das aquisições, evidenciando a predominância de alimentos com menor grau de processamento nas compras realizadas.

Tabela 3: Classificação dos alimentos adquiridos, percentuais e diversidades identificadas, oriundas da Agricultura Familiar, no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá - BA, por classe de processamento (2016 - 2019 e 2022).

Classe (distribuição %)	Alimentos identificados
***In natura* (55%)**	1. Chuchu 2. Tomate salada 3. Cenoura 4. Banana prata 5. Banana nanica 6. Banana terra 7. Cebolinha 8. Laranja 9. Beterraba 10. Melancia 11. Batata doce 12. Abóbora 13. Maracujá 14. Quiabo 15. Couve-flor 16. Couve manteiga 17. Salsa 18. Mandioca 19. Goiaba 20. Mexerica 21. Alface 22. Inhame 23. Pepino 24. Espinafre 25. Limão 26. Mamão 27. Ovo de galinha 28. Ovo de galinha caipira 29. Brócolis 30. Ervas para tempero 31. Cebola branca 32. Cebola roxa 33. Repolho 34. Coentro 35. Pimentão verde/amarelo/vermelho 36. Coco 37. Couve chinesa (acelga) 38. Melão 39. Abacaxi 40. Milho verde espiga 41. Batata inglesa 42. Alho com casca 43. Rúcula 44. Caxi 45. Alfavaca 46. Fruta-pão 47. Coco verde 48. Abacate 49. Vagem 50. Manga 51. Amendoim cru com casca 52. Tomate molho 53. Abobrinha 54. Alho-poró 55. Mostarda 56. Manjericão 57. Maxixe 58. Graviola 59. Acerola 60. Hortelã 61. Feijão verde/fradinho/macassar/corda 62. Pimenta fresca 63. Batata baroa 64. Ervilha (vagem) 65. Leite de vaca cru.
	1. Farinha de mandioca torrada 2. Farinha de mandioca crua 3. Farinha de mandioca flocada tipo biju 4. Farinha de puba 5. Polpa de mandioca/Macaxeira 6. Polpa de frutas diversos sabores 7. Farinha de tapioca 8. Tapioca 9. Tapioca em flocos 10. Beiju de tapioca 11. Amendoim grão 12. Mandioca picada e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Minimamente processados (30%)	/ou descascada 13. Corante/colorau 14. Tomate seco 15. Açafrão 16. Feijão carioca 17. Café em pó 18. Milho verde enlatado 19. Cominho 20. Leite pasteurizado 21. Leite de vaca integral 22. Leite de vaca UHT 23. Iogurte natural 24. Iogurte natural desnatado 25. Abóbora picada 26. Pimenta seca 27. Chocolate em pó 28. Mostarda, condimento 29. Milho fubá 30. Milho canjica 31. Cará ou batata assada com mel 32. Caju polpa congelada 33. Manga polpa congelada 34. Goiaba polpa congelada 35. Acerola polpa congelada. 36. Azeite de dendê.
Processados (15%)	1. Pão, diversos tipos, farinha de trigo branca 2. Bolo simples 3. Biscoito de polvilho (Peta) 4. Biscoito caseiro 5. Sequilho 6. Chocolate, diversos tipos 7. Biscoito doce 8. Tempero pronto 9. Bananada 10. Bolo de milho 11. Bolo de aipim 12. Pão doce 13. Pão cacetinho 14. Pão de milho 15. Pão de centeio 16. Pão de queijo 17. Biscoito salgado 18. Iogurte diversos sabores.

Elaboração dos autores

Esses resultados corroboram com os achados de Vieira, Basso e Kruger (2021), em estudo realizado em Catuípe/RS, que verificou a qualidade dos produtos adquiridos de agricultores familiares para a alimentação dos estudantes das escolas municipais, bem como a repercussão deste relacionamento na dinamização do desenvolvimento local. Os resultados também indicaram um maior volume de compras de alimentos *in natura* e minimamente processados, seguidos de alimentos processados procedentes de agroindústrias familiares, com baixa utilização de ingredientes ultraprocessados e aditivos químicos. Para os autores, o aumento da participação desses alimentos no PNAE, em anos recentes, indica o potencial de contribuição para o desenvolvimento local, com base nos princípios da segurança alimentar e nutricional como contraponto à agricultura convencional (VIEIRA; BASSO; KRUGER, 2021).

No TIVJ, entre os alimentos minimamente processados, predominaram: mandioca e derivados - polpa de mandioca/macaxeira, mandioca descascada e/ou picada, farinha de mandioca torrada e crua, tapioca, farinha de puba; polpa de fruta e frutas congeladas; grãos secos e descascados; leite (integral, cru, pasteurizado, desnatado) e iogurte natural; e condimentos - açafrão, colorau, cominho, mostarda (Tabela 3).

Entre os alimentos processados, verificaram-se os produtos de panificação como: pães de diversos tipos - de milho, de centeio, doce; bolos simples, bolo de aipim e bolo de milho, biscoito caseiro, biscoito salgado, sequilho e beiju de tapioca (Tabela

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

3). Esses alimentos foram fornecidos tanto por agricultores individuais quanto por associações e cooperativas. Em termos de quantidade, a aquisição destes produtos variou muito, de um ano para outro e entre os municípios, no território, no entanto, ainda se apresentou incipiente. Em relação à variedade de pães e biscoitos, não é possível afirmar que estes foram produzidos por microempreendedores familiares ou se eram provenientes de outras atividades econômicas e comercializados pelos agricultores familiares.

Estudos anteriores indicam que a inclusão de alimentos minimamente processados e processados no PNAE pode ampliar a renda dos agricultores familiares, devido ao maior valor agregado desses produtos, além de favorecer sua aceitação pelos estudantes (GREGOLIN et al., 2018; SANTOS; TORRES, 2022; VALADARES et al., 2022). Por outro lado, os alimentos *in natura*, embora priorizados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), estão mais sujeitos a perdas e desperdícios, especialmente frutas e hortaliças (SILVA et al., 2017; SHANKS; BANNA, 2017; SILVA, 2017). Assim, a agroindustrialização pode representar uma estratégia para agregar valor e reduzir perdas, desde que esteja alinhada às diretrizes do PNAE.

Entre a diversidade de alimentos adquiridos nos municípios deste estudo, chama-se atenção para alguns como - limão, ervas para tempero (não especificados), alfavaca, hortelã, manjericão, salsa, colorau, açafrão, cebolinha, coentro, cebola, alho, alho-poró, mostarda, cominho, pimenta fresca, pimenta seca, pimentão verde/amarelo/vermelho, cravo, canela - que não constituem base para preparações, e são condimentos utilizados para agregar sabor, principalmente aos alimentos processados, que não são adquiridos da AF. São entregues principalmente por agricultores individuais, em pequenas quantidades, o que apesar de não gerar uma renda expressiva, fazem parte da culinária local.

O chocolate foi identificado apenas em um município (Mutuípe), sendo fornecido por uma cooperativa que atua tanto no TIVJ quanto no Território Baixo Sul. O alimento aparece descrito de duas formas nas notas fiscais: “chocolate em pó" e “chocolate de diversos tipos”, ambos foram contabilizados como variedades distintas. Esse achado pode refletir tanto uma limitação metodológica deste estudo, quanto

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

inconsistência no preenchimento do SIGPC contribuindo para uma possível superestimação da diversidade dos alimentos adquiridos.

A produção de chocolate é uma atividade agrícola relevante, no Baixo Sul da Bahia, onde a cadeia do cacau é forte. Assim, esperava-se que houvesse a inclusão do "chocolate em pó" na alimentação escolar de muitos municípios do território. Além disso, a quantidade fornecida para Mutuípe foi pequena e limitada a um mês. A Resolução FNDE nº 06/2020 proíbe a aquisição de "achocolatado" nos cardápios escolares, assim, a aquisição do chocolate em pó torna-se uma importante substituição saudável.

O café em pó torrado também foi adquirido por apenas um município (Brejões), fornecido por uma associação do próprio município, contudo, em apenas dois anos (2016 e 2017). No município, predominam os cultivos de café, maracujá, mandioca, mamona, sisal e produtos hortigranjeiros (BREJÕES, 2024). Nesse contexto, o fornecimento do café para outros municípios dentro do TI constitui uma boa alternativa para comercialização.

O café pode ser utilizado no PNAE com moderação e de acordo com a idade da criança. A nota técnica do FNDE 1894784-2020 determina que o café não deve ser incluído nos cardápios de crianças menores de 3 anos (BRASIL, 2020b). Dessa forma, a inclusão da bebida nos cardápios ocorre de forma restrita pelos municípios, apenas no cardápio do Ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) o que pode justificar a baixa compra pelos municípios.

Chama a atenção a identificação de frutas como uva, maçã e pera em diversos municípios como produtos provenientes da AF. Embora, o TIVJ esteja localizado predominantemente em área de abrangência do semiárido, condição que pode limitar à produção de determinadas culturas, este estudo não permite confirmar a origem produtiva desses alimentos. Dessa forma, recomenda-se que estudos futuros verifiquem essas informações por meio da análise das chamadas públicas, dos projetos de venda e da elaboração de mapas agrícola para os municípios, a fim de conhecer quais alimentos são realmente produzidos nessas localidades. Até o momento, não foram identificados na literatura ou bases oficiais consultadas, documentos que apresentassem a produção de cada município do território.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Produtos de origem animal e barreiras sanitárias

O leite e derivados (iogurte) registraram baixa participação nas compras do TIVJ (apenas em três municípios), com fornecimento por uma única associação de produtores de leite, localizada em um dos municípios e responsável pelo fornecimento aos demais. Este resultado pode indicar uma potencialidade de expansão de mercado aos produtores de leite que, uma vez organizados por meio da associação local, podem se adequar às necessidades desse mercado institucional e escoar sua produção para os municípios do território.

A identificação de registro de aquisição de leite cru (*in natura*) (Tabela 3) constitui um achado preocupante, uma vez que a comercialização desse produto para consumo direto é proibida em todo o território nacional (Brasil, 1969). O leite cru pode veicular microrganismos patogênicos responsáveis por doenças de importância para a saúde pública, como tuberculose, brucelose e listeriose. Além disso, a Nota Técnica nº 01/2013 – COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE estabelece que o leite destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser submetido à pasteurização, reforçando a obrigatoriedade desse processamento para sua aquisição e oferta na alimentação escolar (BRASIL, 2013b). Considerando as inconsistências registradas no SIGPC não é possível afirmar que a descrição “leite cru” correspondeu ao produto adquirido ou decorre de erro de registro.

A falta de assessoria técnica e dificuldades de inspeção/certificação de produtos contribuem para a baixa adesão dos municípios na compra dos alimentos processados de origem animal e seus derivados (KROTH *et al*., 2019). Sem o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para fiscalizar e emitir o selo de inspeção sanitária, muitos gêneros produzidos localmente não podem ser adquiridos: carnes em geral (caprino, suíno, ovino, galinha, peixe), leite e derivados, mel de abelhas e vegetais minimamente processados, que demandam certificação. Assim, essa situação faz com que a oferta nos municípios seja predominantemente de origem vegetal, o que pode comprometer a qualidade da alimentação escolar, nos municípios (VALADARES *et al*., 2022; GOMES; BEZERRA, 2021), principalmente em relação à oferta de fontes proteicas.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

No contexto da AF, muitas vezes, os agricultores se organizam em grupos ou cooperativas para o processamento de alimentos e sua comercialização. A legislação permite que esses grupos sejam enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, o que facilita o acesso a linhas de crédito e incentivos fiscais. No entanto, essas microempresas têm dificuldades para estar em conformidade com as exigências sanitárias e as Boas Práticas de Produção, o que contribui para que grande parte permaneça restrita ao comércio informal (FRANCO *et al*., 2021).

A Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do empreendimento familiar rural (EFR) e outras categorias, tem sido considerada como um avanço para o setor. A Resolução prevê que a vigilância sanitária municipal poderá regularizar as atividades do EFR quando instalados em sua residência, mediante anuência dos empreendedores quanto às inspeções e fiscalização sanitária do local de trabalho, que deve seguir orientações da vigilância sanitária. Ou seja, simplifica procedimentos para a regularização sanitária das atividades consideradas de baixo risco - aquelas com baixo potencial de causar danos à integridade física e à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio (BRASIL, 2013c).

Todavia, para a AF, tal exigência se apresenta como um importante entrave para as pequenas agroindústrias, uma vez que, se torna difícil adequar uma cozinha residencial rural aos padrões sanitários estabelecidos para cozinhas industriais e. Com resultado, esses produtores enfrentam dificuldades para obter as certificações necessárias.

São inegáveis os avanços para a valorização da AF, por meio de um conjunto de políticas voltadas para o acesso aos mercados institucionais, como o PNAE. Entretanto, embora os agricultores familiares venham sendo reconhecidos como categoria, desde 1990, eles enfrentam, ainda, grandes desafios para sua inserção no setor formal–dada a interface da AF com a informalidade e suas pequenas agroindústrias. Conforme Fisher *et al* (2016), o setor informal se caracteriza por atividades cujos processos de produção, relações de trabalho, instalações e ausência de alvará sanitário não se enquadram nos padrões legais vigentes.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Outra preocupação acerca da informalidade nessa produção é atribuída ao risco potencial à saúde dos consumidores, no caso do PNAE, aos estudantes. Assim, ao afirmar que a inserção dos alimentos processados da AF nos cardápios escolares atribui maior renda aos agricultores, é preciso considerar a exigência de oferecer alimentos de qualidade nutricional e sanitária, sem riscos à saúde.

Associação entre percentual de compra e variedade de itens

A quantidade de itens adquiridos pelos municípios variou de 0 a 48, sendo analisada em conjunto com o percentual de recursos destinados à aquisição de alimentos da AF (Tabela 4). De modo geral, um maior número de itens adquiridos pode sinalizar maior potencial de diversidade alimentar, constituindo um indicador relevante para a avaliação da oferta de alimentos, no âmbito da alimentação escolar (VIEIRA; BASSO; KRUGER, 2021).

Entretanto, a variedade de itens adquiridos deve ser compreendida como um potencial da oferta de alimentos no território e não como medida absoluta da qualidade nutricional dos cardápios. Embora os dados das notas fiscais permitam identificar a diversidade de alimentos, não possibilitam avaliar aspectos fundamentais da alimentação escolar como a composição dos cardápios, a frequência de oferta dos alimentos, as quantidades efetivamente utilizadas nas preparações, a adequação nutricional das refeições e o consumo pelos escolares.

Tabela 4: Desempenho dos municípios em relação ao percentual e variedade de itens adquiridos da Agricultura Familiar para o PNAE, no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá-BA, no período (2016 - 2019 e 2022).

Município	Percentual de Compras da AF			Variedade de Itens		
	Média valor (%)	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média variedade (n)	Mínimo (n)	Máximo (n)
Amargosa	45	34	68	35	32	37
Brejões	44	23	63	36	31	46
Cravolândia	35	24	55	25	19	30
E. Medrado	8	6	10	22	13	35
Irajuba	33	24	53	24	19	33
Itaquara	33	27	41	24	21	30
Itiruçu	15	0	52	10	0	24
Jaguaquara	29	20	33	22	21	24
Jiquiriçá	36	17	72	27	21	32
L. Coutinho	35	31	39	26	25	39

REMUNOM
ISSN 2178-6925

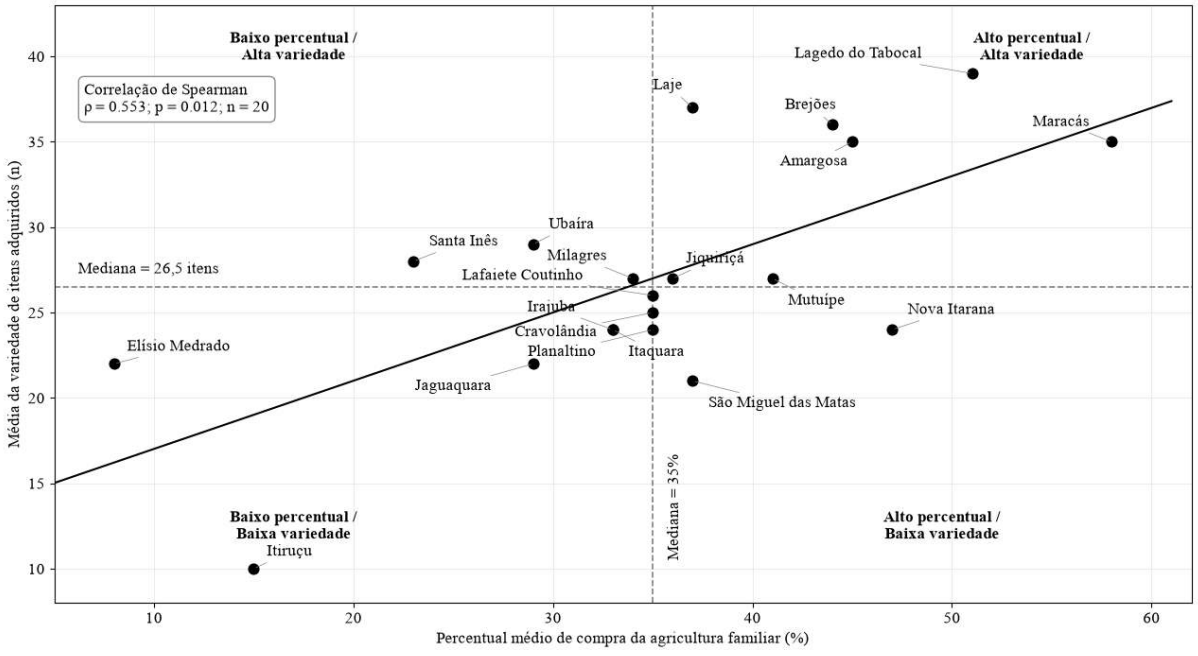
Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Laje	37	24	29	34	22	40
L. Tabocal	51	42	59	39	34	48
Maracás	58	43	68	35	21	43
Milagres	34	9	73	27	23	34
Mutuípe	41	31	53	27	21	37
N. Itarana	47	36	86	24	20	36
Planaltino	35	26	47	24	18	32
Santa Inês	23	6	48	28	6	43
S. M. Matas	37	31	42	21	16	30
Ubaíra	29	17	62	29	22	39

\%=percentual de comprada AF; N= Variedades de itens
Elaboração das autoras

A Figura 3 demonstra a relação entre o percentual médio de compras da AF pelos municípios e a média de variedade de itens adquiridos. A linha de tendência ascendente e o coeficiente de correlação de *Spearman* (ρ = 0,571; p = 0,008; n = 20) evidenciam uma correlação positiva e estatisticamente significativa, indicando que municípios com maior percentual de compras da AF tendem a adquirir uma maior diversidade de alimentos.

Figura 3 - Distribuição dos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá-BA, quanto ao percentual médio de compras da AF e a média de variedade de itens adquiridos, no período (2016 - 2019 e 2022).



A distribuição pelos valores de mediana da amostra (35% de compras da AF e 26,5 itens) permitiu identificar quatro grupos de municípios - Lajedo do Tabocal,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Maracás, Brejões, Amargosa e Laje, que apresentaram os melhores resultados, conciliando maior cumprimento da Lei nº 11.947/2009 com maior diversidade alimentar. Municípios como Nova Itarana, Mutuípe, São Miguel das Matas e Jiquiriçá alcançaram percentuais de compras acima da mediana, porém com número relativamente reduzido de itens. Esse resultado sugere concentração das compras em poucos produtos, indicando menor diversificação da oferta alimentar. Santa Inês, Ubaíra, Milagres, Lafaiete Coutinho e Irajuba, entre outros, adquiriram uma diversidade de alimentos acima da mediana, apesar de não atingirem percentuais elevados de compras da AF. Esses municípios demonstram potencial para ampliar o volume de compras mantendo a diversidade já alcançada. Municípios como Itiruçu, Elísio Medrado, Jaguaquara, Cravolândia, Planaltino e Itaquara apresentaram o desempenho menos favorável, combinando baixa participação da Agricultura Familiar e reduzida diversidade de alimentos.

Os dados chamam a atenção, de modo não esperado, para o município de Jaguaquara. Localizado em uma área de transição e com um território propício para o cultivo, é considerado como o quinto produtor baiano de abacate, quinto em limão, quarto em maracujá, pimentão, oitavo em tomate e segundo lugar em produção de hortigranjeiros na Bahia. A produção de hortaliças é considerada a grande propulsora da economia do município, sendo um polo de distribuição para municípios do Vale do Jiquiriçá e territórios vizinhos (SOUZA *et al.,* 2023).

No entanto, este município combinou baixa participação da AF com percentual médio de compra de 29% - abaixo da recomendação mínima de 30%, e reduzida diversidade de alimentos adquiridos sendo estes apenas de alimentos *in natura*, posicionando-se atrás de municípios menores como Lajedo do Tabocal, Laje e Lafaiete Coutinho.

O município de Jaguaquara apresentou desempenho inferior ao esperado nas compras da AF. Apesar de se destacar como um importante produtor e polo de distribuição de frutas e hortaliças e receber o maior valor de repasse do FNDE para o PNAE, dentro do TI, não apresentou percentual de aquisição compatível com o contexto. Esse achado reforça a necessidade de estudos empíricos que investiguem os fatores associados ao desempenho dos municípios na execução do PNAE.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

A literatura tem reportado que municípios maiores têm maior dificuldade em adquirir alimentos da AF para o PNAE, devido a questões de oferta e demanda de alimentos e de organização entre a gestão e os agricultores familiares. No estudo realizado por Silva *et al.* (2021), municípios de grande porte (Região Norte e São Paulo) compravam de 10 a 20% menos que os municípios de pequeno porte, devido à quantidade insuficiente de alimentos para atender à demanda do PNAE. Para os autores, municípios com menor número de alunos apresentam maior facilidade de compra, pela menor quantidade de alimentos necessária.

Limitações e Inconsistências do Sistema de Prestação de Contas (SiGPC)

Na análise das notas fiscais cadastradas por cada município foi possível identificar algumas inconsistências e fragilidades de registro nas planilhas disponibilizadas no SiGPC, sobretudo, a indicação de aquisição de alimentos ultraprocessados e irregularidades na apresentação das notas fiscais (Tabela 5).

Tabela 5: Inconsistências e fragilidades observadas no Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SiGPC), no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá-BA, no período (2016 - 2019 e 2022).

Categorias/ Inconsistências	Achados
Produto de origem incerta	Pão de centeio
	Iogurte de soja (diversos sabores)
	Extrato de tomate
Produto incompatível com a legislação	Polpa de açaí com xarope de guaraná e glucose
	Papinha de frutas e hortaliças
	Manjar de coco para reconstituição
	Catchup
Inconsistência na identificação do fornecedor	Nota fiscal cadastrada em nome de loja de moda
	Frutas e hortaliças em notas de distribuidora de alimentos
Ausência de dados	Notas com valores, porém sem especificação dos itens comprados
Valor divergente	Valores somados em notas superiores ao divulgado pelo FNDE

Elaboração das autoras

O SiGPC é utilizado como sistema de prestação de contas. Desta forma, as informações disponibilizadas permitem avaliar a aplicação dos recursos financeiros e o cumprimento do percentual de compra da AF pelos municípios. Não é avaliado se

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

os alimentos que são adquiridos atendem à recomendação da legislação. Acredita-se que, com base nos itens descritos nas notas fiscais, o FNDE tenha um panorama em relação à qualidade dos alimentos adquiridos. As notas fiscais são geradas a partir de documentos de solicitação de despesa, emitidas por um sistema de compras do município, onde pode haver erros na descrição ou na seleção de algum alimento, no momento da emissão.

O SiGPC não permite confirmar a origem geográfica dos alimentos adquiridos nem distinguir se os produtos são provenientes da produção dos agricultores familiares ou de processos de intermediação. Essa limitação dificulta verificar o cumprimento da prioridade prevista na legislação do PNAE para aquisição de alimentos de âmbito local, territorial, estadual e nacional, conforme estabelecido pela Lei nº 11.947/2009 e pela Resolução CD/FNDE nº 6/2020.

O município de Itiruçu não apresentou dados de despesas no SiGPC no ano de 2016 e, em 2017, apresentou apenas duas variedades de alimentos (ultraprocessados) representando apenas 0,5% de compra da AF. Nesse sentido, não é possível afirmar se a ausência de dados decorre da não alimentação do sistema ou se realmente não houve aquisição nesse período.

Em face às limitações do sistema, a partir de 2024, o FNDE passou a utilizar a plataforma BB Gestão Ágil nos processos de prestação de contas de programas educacionais, entre eles o PNAE. Esta mudança visa tornar a prestação de contas dos recursos destinados à educação mais integrada, ágil e transparente. Entre as novidades do novo sistema estão: a centralização das informações de receitas, gastos e documentos de despesas, proporcionando um acompanhamento mais detalhado e em tempo real; agilidade no processo, permitindo que estados e municípios enviem suas informações de maneira mais rápida e simplificada; e a transparência reforçada, com a atualização contínua dos dados, permitindo um controle mais efetivo sobre a execução financeira (BRASIL, 2024d).

Limitações do estudo

Apesar desses achados, este estudo apresenta algumas limitações metodológicas, que devem ser consideradas na interpretação dos resultados: utilizou-

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

se dados do SiGPC, que depende do registro feito pelos municípios e podem conter inconsistências, as quais podem levar a subestimação ou superestimação dos resultados. Não foi realizada a análise da composição nutricional, da formulação ou do processo de produção dos alimentos adquiridos, uma vez que as informações disponíveis nas notas fiscais se restringiam à descrição dos itens comercializados. Dessa forma, a diversidade alimentar foi estimada exclusivamente com base na nomenclatura registrada nesses documentos. Essa estratégia pode ter levado à superestimação da diversidade alimentar, uma vez que diferenças na nomenclatura comercial nem sempre refletem diferenças relevantes na composição, no processamento ou no valor nutricional dos alimentos.

Repercussões do estudo para diferentes atores

Os resultados deste estudo possuem implicações práticas para diferentes atores envolvidos na execução e no controle social do PNAE, ao evidenciar potencialidades e fragilidades relacionadas às compras públicas da AF.

Para os gestores municipais e nutricionistas Responsáveis Técnicos (RTs), os achados subsidiam o aprimoramento da gestão do PNAE, orientando estratégias para: ampliar o cumprimento da legislação; qualificar o planejamento das compras da AF; fortalecer o monitoramento da execução dos contratos; integrar os setores de educação, agricultura e assistência técnica; e promover maior diversidade de alimentos nos cardápios escolares.

Para os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), os resultados fortalecem o exercício do controle social, ao subsidiar a fiscalização do cumprimento da legislação, da aplicação dos recursos públicos, da qualidade da prestação de contas e da efetiva aquisição de alimentos da AF, além de contribuir para a transparência e o acompanhamento da qualidade da alimentação escolar.

Quanto aos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), os achados reforçam a necessidade de fortalecer a inspeção sanitária de produtos processados e de origem animal destinados à alimentação escolar. A ampliação do SIM, ou a adesão a consórcios intermunicipais, pode favorecer a regularização dos empreendimentos

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

familiares, ampliar a participação da AF no PNAE, e diversificar a oferta de alimentos com segurança sanitária para os escolares.

De forma mais ampla, o estudo oferece subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à AF e à alimentação escolar, incentivando ações integradas entre gestão pública, controle social, assistência técnica rural, vigilância sanitária e organizações de agricultores. Essas ações podem favorecer a geração de renda no meio rural, a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento territorial, e a consolidação do PNAE, como instrumento de promoção do desenvolvimento local sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que a maioria dos municípios do TIVJ não conseguiu cumprir o percentual mínimo de aquisição de alimentos da AF estabelecido pelo PNAE, observando-se oscilações expressivas nos percentuais de aquisição, entre os anos.

Esses resultados mostram desigualdades na execução da política entre os munícipios, sugerindo a influência de fatores que não puderam ser diretamente avaliados neste estudo. Esse quadro reforça a necessidade de pesquisas empíricas que busquem identificar os motivos do não alcance da meta mínima, bem como das variações no percentual da AF.

Nas aquisições, predominaram alimentos *in natura*, refletindo a maior facilidade de produção e adequação às exigências normativas, enquanto produtos de origem animal tiveram menor aquisição, limitando-se a leite e derivados, ovos e mel, em poucos municípios. Ainda, verificaram-se variações na quantidade de itens adquiridos pelos municípios, que repercutem na diversidade e na qualidade nutricional dos cardápios escolares

A análise dos dados o SiGPC evidenciou a ausência de informações sobre compras, em determinados anos, registros inconsistentes e a aquisição de alimentos proibidos. Tais limitações comprometem o monitoramento e a efetividade do programa no fortalecimento da AF, não retratando fielmente o que acontece em cada município.

Para o TIVJ, especificamente, os resultados explicitam a demanda de políticas locais que superem entraves, bem como de estabelecimento de um Sistema de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Inspeção Municipal em regime de consórcio. Essas iniciativas podem favorecer a maior inclusão de alimentos de origem animal, ampliando a variedade de alimentos adquiridos nas unidades escolares e a inclusão socioprodutiva dos agricultores.

REFERÊNCIAS

1. BAHIA, 2024. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **09 | Vale do Jiquiriçá.** Salvador: SECULT/SEI, [sd]. Disponível em: https://www.ba.gov.br/cultura/sites/site-secult/files/migracao_2024/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/09_Vale_jiquirica.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

2. BRASIL.1969. **Decreto-Lei nº 923, de 10 de outubro de 1969.** Dispõe sobre a comercialização do leite cru. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0923.htm. Acesso em: 28 de nov. 2024.

3. BRASIL, 2009. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** (Lei Ordinária). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: 2009. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11947&ano=2009&ato=359AzaE90dVpWTc00. Acesso em: 20 jun. 2023.

4. BRASIL. 2013a**. Resolução 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 de junho de 2013. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-26-de-17-de-junho-de-2013. Acesso em: 28 de nov. 2024.

5. BRASIL. 2013b. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Nota Técnica nº 01/2013 – COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE.** Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/notas-tecnicas/2013/nota_tecnica_012013_leitepasteurizado.pdf. Acesso em: 28 de nov. 2024.

6. BRASIL. 2013c. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resolução nº 49, de 31 de outubro de 2013.** Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 31 out. 2013b. Disponível em:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html. Acesso em: 28 de nov. 2024.

7. BRASIL. 2014. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1ª. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.156 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 28 de nov. 2024.

8. BRASIL. 2020a. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de maio de 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view. Acesso em: 28 de nov. 2024.

9. BRASIL. 2020b. **Nota Técnica nº 1894784/2020/COSAN/CGPAE/DIRAE.** Atualização das recomendações para o planejamento de cardápios das creches atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília-DF, 31 out. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2174595&infra_si. Acesso em: 28 de nov. 2024.

10. BRASIL. 2024a. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados da Agricultura Familiar.** Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar. Atualizado em 12/03/2024 13h49. Acesso em: 20 mai. 2024.

11. BRASIL. 2024b. Contas online. **Sistema de Gestão de Prestação de Contas** (SiGPC). Disponível em: https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar. Acesso em: 21 jun. 2024.

12. BRASIL. 2024c. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Compras da agricultura familiar para alimentação escolar têm avanço nos últimos dois anos.** Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/compra-de-alimentos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-registra-avanco-nos-ultimos-anos#:~:text=O%20registro%20aponta%20para%20um,comprar%20produtos%20de%20agricultores%20familiares. Acesso em: 27 de nov. 2024.

13. BRASIL 2024d. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** FNDE implementa nova ferramenta de prestação de contas. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/fnde-implementa-nova-ferramenta-

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

de-prestacao-de-contas#:~:text=A%20nova%20ferramenta%20substituir%C3%A1%20o,transpar%C3%AAncia%20em%20todo%20o%20processo. Acesso em: 28 de nov. 2024.

14. BRASIL, 2026. **Resolução CD/FNDE nº 04, de 26 de fevereiro de 2026**. Dispõe sobre a gestão e a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e dá outras providências. DOU - Imprensa Nacional. Edição: 40, seção: 1, pg: 48. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2026/resolucao-cd_fnde-no-4-de-26-de-fevereiro-de-2026.pdf/view. Acesso em: 04 mar. 2026.

15. BREJÕES, 2024. **Dados Municipais**. Disponível em: https://www.camarabrejoes.ba.gov.br/site/dadosmunicipais#:~:text=Hist%C3%B3ria-,Cultura,o%20gado%20bovino%20de%20corte. Acesso em: 28 de nov. 2024.

16. CHAVES V. M, *et al*. Integrating Family Farming into School Feeding: A Systematic Review of Challenges and Potential Solutions. **Sustainability**. V. 15, n. 4, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/su15042863.

17. FISCHER, A; MARINI, D; WINK, C.A. Percepção das Normas da Vigilância Sanitária pelos agricultores familiares de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna. **Gestão e Regionalidade,** São Caetano do Sul, v. 32, n. 95, p. 108-26. DOI: https://doi.org/10.13037/gr.vol32n95.2898.

18. FRANCO G. N. O; LIMA J. C.P; AVELAR K. L. S. A vigilância sanitária no contexto da agricultura familiar. **Multitemas**, Campo Grande, MS, v. 26, n. 62, 2021, p. 233-253. DOI: https://doi.org/10.20435/multi.v26i62.3127.

19. GOMES F. S; BEZERRA J. A. B. As compras da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (2018-2021). **Nutrivisa**. v.10. 2023. DOI: https://doi.org/10.59171/nutrivisa-2023v10e10588.

20. GREGOLIN, G. C; GREGOLIN, M. R. P; TRICHES, R. M; ZONIN, W. J. Inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE): estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável. **Revista PERSPECTIVA, Erechim**. v. 42, n.159, 2018. p. 45-57.

21. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017.>. Acesso em: 20 jun. 2023.

22. KROTH D. C *et al*. Análise da Operacionalização da política de aquisição de alimentos da AF por parte dos municípios: o caso do PNAE em 3 municípios do

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

Oeste Catarinense. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online),** v. 24, n. 1, 2019, p. 138 – 162. DOI: https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.9697.

23. RESENDE, L. A. *et al*. Segurança Alimentar e Nutricional: programa de alimentação na escola e sua utilização. **IJERRS** - ISSN 2675 3456 - v.4, n.1, 2022. DOI: https://doi.org/10.48075/ijerrs.v4i1.26438.

24. SANTOS T.T.B; TORRES R.L. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 25. n.1, 2022. DOI: https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i1.503.

25. SHANKS C. B; BANNA J; SERRANO E. L. Food Waste in the National School Lunch Program 1978-2015: A Systematic Review. **Journal of the academy of nutrition and dietetics**. https://doi.org/10.1016/j.jand.2017.06.008.

26. SILVA C. A *et al.* Programa nacional de alimentação escolar: o Desempenho de estados e municípios brasileiros na aquisição de alimentos da agricultura. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 52, n. 2, 2021, p. 121-138. DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2021.1214.

27. SILVA J. M; PANTOJA, M.J.; DELGROSSI, M.E. Qualidade da Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: uma revisão de escopo. **Revista Foco** Curitiba (PR), v.16. n.2, 2023, p.01-23. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n2-163.

28. SILVA M. X. *et al*. Educação alimentar em escolas públicas pode melhorar o conhecimento sobre alimentação e favorecer a aceitação das refeições planejadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar? **Demetra: alimentação, nutrição & saúde**, v.12, n.4, 2017, p.874-879. DOI: https://doi.org/10.12957/demetra.2017.28204.

29. SILVA Q. S; ANDRADE R.M; AZEVEDO C. E. R; VIANA S.D.L. Ingestion leftovers of vegetables in schools of Carapicuíba, São Paulo. **REFACS (online),** v. 5, 2017, p. 146–153. DOI: https://doi.org/10.18554/refacs.v5i0.1999.

30. SOUZA Y.S et al., Jaguaquara: Um contexto histórico e econômico da maior cidade do Vale do Jiquiriçá. Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável. 2023.

31. VALADARES, A. A *et al.* Da regra aos fatos: Condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios brasileiros. Texto para Discussão, No. 2728. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA), 2022. Brasília. DOI: https://doi.org/10.38116/td2728.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 17/07/2026 - **Accepted:** 22/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/h098be38
Pages: 1-28

32. VIEIRA E. L; BASSO D; KRUGUER N. R. Aquisições da agricultura familiar e qualidade dos alimentos fornecidos na rede escolar municipal de Catuípe/RS. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate** v. 10, 2021, p. 461-489. DOI: https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2833.

CC BY